

A ansiedade por investimentos

A pressão dos governadores para que o Tesouro Nacional realize uma renegociação mais generosa das dívidas estaduais reflete, antes de mais nada, a ansiedade generalizada por mais dinheiro para investimentos. Ao final do segundo ano de mandato, os governadores ainda não têm “realizações” a apresentar. A maioria deles passou os últimos dois anos correndo de um lado para o outro em busca de recursos para

pagar salários do funcionalismo, aposentadorias, pensões, passivos trabalhistas arbitrados pela Justiça e encargos das dívidas com o Tesouro Nacional e com os bancos. Alguns foram obrigados a adotar medidas impopulares, como o aumento de impostos, corte de gastos e demissão de funcionários.

A eleição geral de 1998 está se aproximando. Os atuais governadores, todos políticos profissionais que certamente não desejam se aposentar tão cedo, devem estar pensando no tipo de realizações que poderão apregoar nos comícios de seus partidos. Sem dúvida, não poderão se vangloriar de terem pago o 13º salário do funcionalismo em dia ou de não terem atrasado a folha de salários. Alguns deles nem isso poderão dizer. Em cima de um palanque, não fica bem garantir que não atrasou o pagamento das dívidas que o Estado tem com a União e com os bancos ou que demitiu milhares de servidores públicos. Essas “realizações” não garantem a eleição de um sucessor correligionário



**Governadores
pensam nas
realizações que
poderão
apregoar nos
comícios de 98**

e muito menos a própria reeleição.

Os governadores querem dinheiro para investir em obras. Não querem ser apenas, como disse o governador de Brasília, Cristóvam Buarque, “gerentes de pessoal”. Os 19 governadores reunidos em São Paulo, no início de outubro, decidiram pressionar o governo por uma renegociação mais generosa de suas dívidas. O que significa isso? Significa apenas que os governadores querem pagar menos à União e aos bancos pelas dívidas contraídas no passado. Querem que o Tesouro Nacional refinance todos os débitos, até mesmo aqueles com os bancos privados. Assim, abrirão espaço para os investimentos.

Atualmente, os governadores são obrigados a destinar 11% da receita líquida para pagar os débitos dos Estados com a União. O problema é que os Estados possuem outras dívidas que não foram renegociadas — principalmente de empresas estatais — e, por isso, acabam comprometendo muito mais da receita com o pagamento dos débitos. Em vários casos, esse limite ultrapassa 20%. O Mato Grosso chegou a comprometer 48% de sua receita líquida. Não pagou nada porque só a folha de salário consumia mais de 100% da receita. Os governadores querem que o Tesouro refinance todas as suas dívidas e o limite de comprometimento seja reduzido para 6%, nos primeiros três anos, e para 7% nos anos seguintes.

Se esse pleito dos governadores for aceito, a primeira repercussão

será uma redução da receita mensal do Tesouro Nacional. Além disso, haverá um crescimento da dívida pública federal. O refinanciamento não significa outra coisa senão a transferência dos débitos estaduais para a União. O Tesouro assumirá de imediato as dívidas, que serão pagas pelos Estados no prazo de 30 anos, com juros de 6% ao ano. Qual será o subsídio dessa operação? Esse cálculo ainda não foi feito.

Os governadores reclamam que não têm dinheiro para investir. A União também não tem. Os investimentos previstos no Orçamento da União para 1997 são de apenas R\$ 7,7 bilhões — 1% do Produto Interno Bruto (PIB). Este ano, vão chegar a R\$ 8,4 bilhões e, em 1995, foram de R\$ 9,5 bilhões. Portanto, estão em queda. A conclusão correta que os governadores deveriam tirar é que viraram “gerentes de pessoal”, porque os gastos com o funcionalismo, ativo e inativo, chegaram a um nível insustentável. O problema é o mesmo na União e nos municípios.

O próprio governador Cristóvam Buarque informou que gasta 82% da receita com o pagamento de salários. Seu colega Vitor Buaiç, do Espírito Santo, recentemente afirmou que arrecada R\$ 75 milhões por mês e gasta R\$ 78 milhões apenas com a folha do funcionalismo. Os governadores de Alagoas, Divaldo Suruagy, e de Mato Grosso, Dante de Oliveira, atrasaram vários meses o pagamento dos salários e foram obrigados a pegar dinheiro emprestado para evitar o caos em seus Estados. Uma pesquisa que realizamos para o Estado revelou que todos os Estados brasileiros gastam mais de 60% da receita com o pagamento de pessoal — limite fixado na chamada Lei Camata.

Os gastos do governo federal

com salários do funcionalismo, ativo e inativo, aumentam sem parar, até por conta do que se convencionou chamar de “crescimento vegetativo”. Ou seja, as vantagens e benefícios existentes na legislação do funcionalismo são tão grandes que, mesmo sem reajuste salarial, os gastos com a folha crescem mensalmente. Alguns técnicos do Ministério do Planejamento estimam que esse “crescimento vegetativo” implica um aumento em torno de 6% das despesas com salários ao ano. As despesas da União com o funcionalismo passaram de R\$ 21 bilhões em 1991 para R\$ 41 bilhões este ano. No mesmo período, os gastos da Previdência Social passaram de R\$ 24,1 bilhões para R\$ 43 bilhões.

Se os problemas são comuns, nada mais razoável que os governadores aumentem as pressões não sobre o Tesouro, mas sobre o Congresso Nacional para que os parlamentares aprove as reformas administrativa e previdenciária. Com elas, os governadores terão os instrumentos necessários para ajustar suas contas ao limite previsto na Lei Camata. Depois que as reformas forem aprovadas, nada mais justo que o Tesouro aceite o refinanciamento desejado.

Mas o refinanciamento precisa ser feito com algum critério. Por exemplo: é preciso estabelecer limites globais de endividamento, de acordo com a receita líquida de cada Estado; estimular a privatização e a venda de ativos que permitam o abatimento das dívidas. Se regras como essas não forem estabelecidas, dentro de pouco tempo teremos uma nova renegociação global dos débitos estaduais.